

## Alienação e trabalho\*

## Alienation and Work

Elisabete Ferreira Mângia<sup>1</sup>

Em memória do Prof. Octávio Ianni com quem, há muito tempo, aprendi a compreender Marx.

---

MÂNGIA, E. F. Alienação e trabalho. **Rev. Fisioter. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 1, p. 34-42, jan./abr., 2003.

**RESUMO:** A obra de Marx apresenta um modelo de compreensão singular sobre a complexidade e contradições das relações sociais no modo de produção capitalista e suas formas de produção e reprodução. Nela a análise da apropriação do trabalho e de seus produtos é fundamental para esclarecer e desvendar nossa realidade social e a forma de sociabilidade completamente diversa de outras épocas históricas. Este estudo apresenta os aspectos principais das relações entre alienação e trabalho presentes na obra de Marx e em alguns de seus principais comentaristas.

**DESCRITORES:** Alienação social. Trabalho/economia. Trabalho/história. Marxismo (Saúde pública). Força de trabalho. Sistemas políticos/história.

---

### As origens do conceito de alienação

A temática da alienação está presente historicamente no pensamento europeu nos campos do direito, economia, filosofia e se vê de alguma forma completada pela teoria da alienação construída por Marx. Presente inicialmente na mitologia judaico-cristã,

aparece como um conceito religioso referido à alienação do homem em relação à Deus, colocando a questão da salvação do homem desse estado que atraiu para si. O cristianismo e o judaísmo apresentam diferentes soluções para esse problema, que parecem acompanhar as necessidades simbólicas da transição do feudalismo

---

\* Trabalho apresentado em agosto de 1989, para a disciplina de Sociologia ministrada pelo Prof. Octavio Ianni, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>1</sup> Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da FMUSP.

**Endereço para correspondência:** Rua Cipotânea, 51, Cidade Universitária, São Paulo. CEP 05360-160, e-mail: [centroto@edu.us.br](mailto:centroto@edu.us.br)

para o capitalismo. Tal problemática foi discutida por Marx em 1843, na obra “Sobre a Questão Judaica” (MÉSZÁROZ, 1981)

O judaísmo e o cristianismo são aspectos complementares dos esforços da sociedade para enfrentar suas contradições internas. Representam ambos, uma transcendência imaginária dessas contradições, uma ‘reapropriação’ ilusória da ‘essência humana’ através de uma substituição fictícia do estado de alienação. O Judaísmo e o Cristianismo expressam as contradições da ‘parcialidade contra a universalidade’ e da ‘concorrência contra o monopólio’; isto é, as contradições internas do que se tornou conhecido como o ‘espírito do capitalismo’ (MARX apud MÉSZÁROZ, 1981, p.32)

O processo histórico de avanço do capitalismo implicou na secularização das formas ideológicas que o sustentam, dessa forma, as modificações operadas pelo protestantismo,

realizaram uma metamorfose relativamente precoce do Cristianismo ‘teórico-abstrato’ num ‘Cristianismo-Judaísmo prático’, como um passo significativo na direção da secularização completa de toda a problemática da alienação (MARX apud MÉSZÁROZ, 1981, p.33).

Vinculado a esse processo estão a liberação da usura, do juro e da acumulação do capital, fundamentais para a expansão econômica da época.

Na sociedade de classe há uma contradição inerente entre a “parte” e o “todo” configurada na parcialidade do interesse burguês que domina a totalidade da sociedade. Para Marx, parcialidade e universalidade são pólos de uma mesma situação alienada (MARX apud MÉSZÁROZ, 1981, p.33).

Em sua reflexão sobre o enfoque judaico-cristão do problema da alienação, Marx tenta encontrar a resposta para o impasse entre a renovada reprodução da contradição entre parte e todo e seus reflexos ideológicos que caracterizam o desenvolvimento capitalista. De acordo com Mészáros (1981), Marx introduz uma “novidade histórica” ao definir esse problema em termos do conceito dialético concreto de “parcialidade predominando como universalidade” em oposição à “universalidade autêntica”, que seria aquela capaz de abarcar os múltiplos interesses do conjunto da sociedade e liberar o homem da dominação do interesse individualista do capital. Nessa perspectiva Marx formula um programa de transcendência prática da alienação por meio do ideal da revolução proletária (MARX apud MÉSZÁROZ, 1981, p.34).

### **Alienação como “vendabilidade universal”**

O modo de produção capitalista transforma tudo em objetos vendáveis. A sociedade feudal dissolveu-se no processo que coloca como ideal a possibilidade de que cada um possa “dar ou alienar o que lhe pertence”. A exigência da “livre vendabilidade” de tudo inclui o próprio homem, por meio de uma relação contratual na qual a pessoa interessada de torna parte. Também a terra, pilar da sociedade feudal, tornou-se alienável. Nesse processo, tudo se transforma em mercadoria.

Alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da vendabilidade (a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão de seres humanos em coisas, de modo que possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras, a reificação das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em indivíduos isolados, que visam seus objetivos limitados, particularistas (MÉSZÁROZ, 1981, p.37).

Alienação e transcendência da alienação são conceitos centrais no pensamento de Marx, para o qual convergem inúmeros problemas sócio-econômicos e políticos. Para discutirmos essa questão e as suas conseqüências é necessário refletirmos sobre o trabalho humano nessa sociedade.

### **Processo de trabalho**

Marx, ao considerar o processo de trabalho independente de qualquer forma social determinada considera que

antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida (MARX, 1983, p.149).

Nessa relação o homem modifica ao mesmo tempo, a natureza e a si próprio, sua própria natureza. Marx nota também, que o resultado do processo de trabalho, o produto, existiu idealmente na imaginação do trabalhador desde o início, antes de sua realização. O homem realiza a partir da matéria natural um produto que responde aos seus objetivos, dessa forma está presente no processo de trabalho uma vontade orientada a um fim, ou seja, o homem trabalha para satisfazer as suas necessidades, reconhecidas antes do desencadeamento da ação propriamente dita. Marx

considera serem elementos do processo de trabalho: “a atividade orientada a um fim, ou o trabalho mesmo, seu objetivo e seus meios” (MARX, 1983, p.150).

Genericamente se pode afirmar que, ao se relacionar com a natureza, por meio do trabalho, para satisfazer as suas necessidades, o homem cria os “meios de trabalho”, ou seja os instrumentos necessários para a concretização de sua atividade e obtenção do produto desejado, que potencializam suas capacidades corporais. A produção de “meios de trabalho” caracteriza o processo de trabalho humano (MARX, 1983, p.150).

Em diferentes formações sócio-econômicas, o grau de desenvolvimento dos meios de trabalho são indicadores do próprio desenvolvimento social. Assim, usando os meios de trabalho, a atividade humana realiza um produto, que se transforma em valor de uso, pois responde à necessidades específicas. Considerando esse processo do ponto de vista do produto; meios e objetos de trabalho são os meios de produção e o trabalho mesmo; trabalho produtivo (MARX, 1983, p.151).

Há processos de trabalho que exigem, para a sua realização, de produtos de trabalho anteriores como meios de produção. Dessa forma, os produtos não são apenas resultados, mas também condição para novos processos de trabalho. Esse trabalho, que incorpora produtos de trabalhos passados e gasta instrumentos, máquinas, etc, para a sua realização, é também um processo de consumo. Marx chama esse consumo, que visa a subsistência do trabalho, de produtivo e o distingue do consumo individual que visa a subsistência do indivíduo. Em síntese,

O processo de trabalho, (...) é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer às necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1983, p.153).

A partir dessa configuração genérica sobre o processo de trabalho, que se constitui como a base da sociabilidade humana, passamos a refletir sobre alguns aspectos da complexidade das relações de trabalho na sociedade capitalista.

### **Trabalho e ontologia humana**

Marx considera que inicialmente, o trabalho aparece para o homem apenas como meio de satisfação da necessidade de manter a sua existência física, nesse

sentido a vida produtiva seria a vida genérica, a vida que cria vida. Na forma de atividade vital reside o caráter genérico de uma espécie. A atividade livre e consciente seria o caráter genérico do homem.

O homem faz de sua própria atividade vital, objeto de sua vontade e de sua consciência. Tem atividade vital consciente. A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital do animal” (MARX, 1985b, p.111).

O animal produz unicamente aquilo que necessita imediatamente para si ou para a sua prole, produz unilateralmente, para responder a necessidade física imediata, enquanto que o homem produz universalmente, ou seja, o homem produz também livre da necessidade física imediata. O homem é capaz de reproduzir a natureza e é na elaboração do mundo objetivo que se afirma como ser genérico. Essa produção é a sua vida genérica. O objeto do trabalho é a objetivação da vida genérica do homem, pois este se desdobra não só intelectualmente, na consciência, mas ativa e realmente. O homem se contempla a si mesmo num mundo criado por ele (MARX, 1985b, p.112).

Assim, Marx nos mostra que o trabalho é uma afirmação ontológica essencial do homem, o modo humano de existência e não simplesmente uma manifestação antropológica no sentido mais limitado (MÉSZÁROS, 1981, p.43).

### **Trabalho e valor**

Importa agora refletir sobre como o produto do trabalho humano, que tem inicialmente valor de uso para o seu produtor, transforma-se em mercadoria e ganha um novo caráter, o de valor de troca.

“As formas de organização da produção que precederam a economia mercantil em geral e a economia capitalista em particular, eram caracterizadas pela existência de unidades de produção e de consumo no interior das quais a organização da produção dos bens e de sua distribuição se faziam segundo um esquema, sem dúvida muitas vezes iníquo e desumano, mas sempre cristalino e facilmente compreensível. Em todas essas formas de organização havia sempre uma regra tradicional, religiosa, racional, etc. (...), que conferia a certos grupos de indivíduos o direito de decidir – em certas condições e de acordo com certa ordem, é claro – quanto aos bens a produzir, a repartição eventual do trabalho dentro do grupo e a distribuição posterior dos produtos. Por isso é que todas essas formas de organização social supunham não apenas uma limitação das unidades econômicas, (...) mas também uma transparência bem grande do caráter humano e social

da organização da produção. Essas duas coisas no entanto desapareceram com a extensão da economia mercantil” (GOLDMANN, 1979, p.112).

Lukács salienta que há uma diferença qualitativa entre uma sociedade na qual a forma mercadoria é dominante e outra onde esta apareça episodicamente e citando a obra “Contribuição à crítica da economia política” de Marx, mostra que o processo de intercâmbio de mercadorias não parece originalmente no seio das comunidades, mas sim em seus limites, em suas fronteiras, nos pontos de contato com outras comunidades. No início esse movimento se mostra casual, mas repercute no interior da comunidade e seu avanço tem um caráter de dissolução das relações pré-existentes, impondo gradualmente a produção para a troca, para o mercado, como forma dominante (LUKÁCS, 1969, p.82).

Inicialmente se dá a troca dos produtos excedentes das comunidades, neste momento a produção ainda não está dirigida para o mercado, para o valor de troca, mas sim para o valor de uso.

A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam, em seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Tão logo as coisas se tornam mercadorias no exterior da comunidade, também tomam-se, por repercussão, mercadorias no interior da vida comunal. Sua relação quantitativa de troca é, por enquanto, inteiramente casual. São permutáveis pela vontade de seus possuidores de aliená-las reciprocamente (...) A constante repetição da troca transforma-a em processo social regular. Com o correr do tempo, torna-se necessário portanto, que parte do produto do trabalho seja intencionalmente feita para a troca. A partir desse momento, consolida-se, por um lado a separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso dissocia-se de seu valor de troca. Por outro lado, torna-se a relação quantitativa, em que se trocam, dependente de sua própria produção. O costume fixa-as como grandeza de valor” (MARX, 1983, p.82).

As relações de troca estabelecem-se inicialmente com os possuidores trocando entre si, mercadorias que para cada um representa um valor de uso imediato, neste momento o artigo de troca não tem ainda nenhuma forma de valor independente de seu valor de uso para os permutantes. Com a crescente variedade de mercadorias, que passam a circular no mercado, torna-se necessário o estabelecimento de equivalentes para medir as trocas.

No desenvolvimento dos processos de trocas,

ocorre a fixação desses equivalente, até que se chega à forma dinheiro. Assim,

Sendo todas as mercadorias meros equivalentes particulares do dinheiro e o dinheiro seu equivalente geral, elas relacionam-se com as mercadorias particulares em relação ao dinheiro, como mercadoria geral (MARX, 1983, p.83).

Marx acredita que, como qualquer outra mercadoria, o dinheiro só pode expressar seu valor relativamente à outra mercadoria e só é medida de valor por representar socialmente o trabalho humano. Além disso, o dinheiro é padrão de preços por ter seu peso fixado em metal (MARX, 1983, p.84-9).

A mercadoria, como já vimos, é produto do trabalho humano, tem uma utilidade, seu valor de uso, na medida que satisfaz necessidades humanas. Marx, abstraindo o caráter útil dos produtos do trabalho, conclui que “*um valor de uso ou bem, possui valor apenas porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato*” (MARX, 1983, p.51). Evidencia-se que o que determina a grandeza desse valor é o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção.

Nas relações de troca, a mercadoria apresenta-se como valor de troca, que se constitui como uma relação quantitativa. O que existe em comum entre duas mercadorias distintas e que possibilita a troca é seu valor, tempo de trabalho humano despendido na sua produção.

Trabalho (...) o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. A força conjunta de trabalho na sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais (MARX, 1983, p.47-8).

Marx define esse tempo socialmente necessário como sendo aquele exigido para a produção de qualquer valor de uso, segundo todas as condições de produção da sociedade. Só esse tempo determina o valor da mercadoria.

A mercadoria constitui-se como tal, não por ser simplesmente um valor de uso, mas por ser um valor de uso para outros. Torna-se mercadoria o produto que é produzido para a troca. Marx afirma ainda, que nesse processo “nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso. Sendo inútil, do mesmo modo que é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui qualquer valor” (MARX, 1983, p.49).

Ao trabalho que cria valores de uso Marx chama de trabalho útil.

“Todo o trabalho é, por um lado dispêndio de

força de trabalho do homem no sentido psicológico e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo o trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho sob forma especificamente adequada a um fim e nessa qualidade de trabalho concreto útil, produz valores de uso” (MARX, 1983, p.82).

Como já vimos, o que possibilita o estabelecimento de uma igualdade entre mercadorias distintas, para que a relação de troca se realize, é o trabalho contido em cada uma delas. Ao constituir-se como equivalente geral o dinheiro oculta essa relação.

O segredo da expressão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular. Mas isso é possível numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto do trabalho, por conseguinte, também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidores de mercadorias é a relação social dominante (MARX, 1983, p.62).

Em todas as formações sociais, os produtos do trabalho humano sempre foram objetos de uso, e é só no modo de produção capitalista, que representa uma época historicamente determinada, que os produtos do trabalho são transformados em mercadorias. Assim, nessa sociedade toda a riqueza “*aparece como uma imensa coleção de mercadorias*” (MARX, 1983, p.45).

O verdadeiro caráter das mercadorias não aparece aos homens de forma cristalina e evidente, pelo contrário, aparece com um “*caráter enigmático*”, com um “*caráter fetichista*” e isso se deve à forma “*peculiar do trabalho que produz mercadorias*” (MARX, 1983, p.71).

No mercado, os homens percebem relações entre coisas, as mercadorias, e o valor aparece como uma propriedade natural dessas coisas. Assim, as características sociais do próprio trabalho humano, a relação entre os produtores, assume a forma de relação entre produtos de trabalho.

Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados, forma o trabalho social total. Como os produtores só entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os

produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas e seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas” (MARX, 1983, p.71).

### Trabalho e origem do capital

A circulação mercantil constitui o primeiro momento do capital, é seu ponto de partida. A produção de mercadorias, circulação desenvolvida e comércio são seus pressupostos históricos. No século XVI, comércio e mercado mundial iniciaram a história do capital. Nesse processo, o dinheiro, produto último da circulação de mercadorias é a primeira forma de aparição do capital. (MARX, 1983, p.125).

É assim que Marx apresenta a origem do capital:

“*Dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital diferenciam-se primeiro por sua forma diferente de circulação*” (MARX, 1983, p.125). Na sua forma inicial, a circulação consiste na transformação de mercadoria em dinheiro e deste em mercadoria, vende-se para comprar (M-D-M). Ao lado dessa, há uma segunda forma que consiste na transformação de dinheiro em mercadoria e desta em dinheiro, aqui compra-se para vender (D-M-D). Há nessa relação, uma diferença quantitativa que consiste, ao final do processo, na presença de um excedente sobre o valor do dinheiro inicialmente aplicado (D-M-D’), Marx chama esse excedente de mais valia e localiza nele a origem do capital.

A primeira forma tem como objetivo final o consumo, o valor de uso, a segunda pelo contrário, tem como finalidade o próprio valor de troca, há nesse processo uma “*valorização do valor*”, há um movimento onde o dinheiro se transforma em capital.

A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável (Marx, 1983, p.129).

Há nesse movimento uma multiplicação incessante do valor, mas se o dinheiro é um equivalente geral na troca, se ele também se constitui como uma

mercadoria e o que ocorre nesse processo é a circulação simples de mercadorias, onde se substitui um valor de uso por outro, ocorrendo apenas uma mudança de forma da mercadoria, uma troca entre equivalente na qual,

o mesmo valor, isto é, o mesmo quantum de trabalho social objetivado, permanece nas mãos do mesmo possuidor de mercadoria, primeiro na figura de sua mercadoria, depois na do dinheiro em que se transforma, finalmente na de mercadoria na qual esse dinheiro se re-transforma. Essa mudança de forma não inclui nenhuma mudança de grandeza de valor” (MARX, 1983, p.133).

Portanto, se pode concluir que se essa relação consiste na troca de equivalentes ela não pode produzir valor, não sendo dela que surge a mais valia. De onde então surge esse “ganho”, essa valorização do valor? De onde surge a mais valia?

Uma vez que só o trabalho cria valor, um possuidor de mercadorias só pode aumentar o valor de uma mercadoria acrescentando ao ela um novo trabalho. Para exemplificar esse aspecto, Marx nos fala do processo de trabalho que transforma o couro em botas, e nos prova que essa modificação do valor do dinheiro e sua transformação em capital, só pode originar-se do valor de uso, no consumo. O possuidor do dinheiro extrai o valor do consumo de uma mercadoria e isso não se dá com qualquer mercadoria, mas apenas com uma mercadoria especial, a única que tem a característica de fazer de seu valor de uso, fonte de valor, uma mercadoria cujo consumo é objetivação de trabalho e consequentemente, criação de valor.

Essa mercadoria única, que o possuidor encontra no mercado é exatamente a força de trabalho humana.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das capacidades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda a vez que produz valores de uso de qualquer espécie (MARX, 1983, p.139).

A força de trabalho aparece como mercadoria porque é oferecida por seu próprio possuidor, que é “livre proprietário de sua capacidade de trabalho” (MARX, 1983, p.139). Trabalho e capital relacionam-se no mercado, nessa relação o trabalhador vende a si mesmo, transformando-se em mercadoria. Essa relação se dá por um tempo determinado, o trabalhador não abdica de sua propriedade, mas a aliena.

O trabalhador que vende a sua força de trabalho não possui para vender nenhuma outra mercadoria na qual o seu trabalho se tenha objetivado.

Assim, o “trabalhador livre” constituído no modo de produção capitalista é livre em duplo sentido, primeiro porque dispõe de sua força de trabalho e segundo, porque não tem outra mercadoria para vender, estando desprovido de qualquer meio de produção onde possa objetivar o seu trabalho. A força de trabalho como mercadoria tem um valor determinado pelo tempo de trabalho necessário para a sua produção e reprodução. O trabalhador precisa de meios de subsistência como condição para manter sua própria existência e vitalidade. O valor de uso da força de trabalho consiste na sua exteriorização, assim, o trabalho humano cria valor por meio do consumo da força de trabalho. “*O processo de consumo da força de trabalho é, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e de mais valia*” (MARX, 1983, p.144).

Vendendo a sua força de trabalho, o trabalhador passa a trabalhar sob o controle do capitalista a quem pertence o seu trabalho e produtos. “*O produto é propriedade do capitalista e não do produtor direto, o trabalhador*” (MARX, 1983, p.154).

A força de trabalho incorpora-se como “fermento vivo” aos elementos que constituem o produto. “*O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou*”, dirigido à produção de mercadorias (MARX, 1983, p.154). O processo de produção é um processo de formação de valor. O valor da mercadoria é determinado pelo quantum de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção.

No processo de produção, tempo de trabalho humano é consumido, o trabalhador vende a sua força de trabalho para obter meios de subsistência, mas a vende por um valor inferior ao da jornada completa de trabalho. Há nessa relação um trabalho excedente que não é pago, sendo apropriado pelo capitalista.

O possuidor do dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia (MARX, 1983, p.160).

É através desse processo que se dá a extração da mais valia e que o dinheiro se transforma em capital. A mais valia resulta desse excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do processo de trabalho, sendo trabalho humano não pago (MARX, 1983, p.162).

Esse processo se dá dentro e fora do processo

de circulação, pois na circulação ocorre a compra da força de trabalho e fora dela, na produção, o processo de valorização. A diferença entre o processo de formação de valor e o de valorização está no fato deste último constituir-se enquanto um prolongamento do ponto no qual a força de trabalho é paga pelo capital.

Mediante a atividade da força de trabalho, reproduz-se portanto, não só seu próprio valor, mas produz-se também valor excedente. Essa mais valia forma o excedente do valor do produto sobre o valor dos constituintes consumidos do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho (MARX, 1983, p.171).

Marx demonstra também, que o processo de trabalho apresenta a dupla propriedade de criar e transferir valor ao produto. No processo de trabalho, a força de trabalho humana agrega um novo valor aos valores que entram no processo como meios de produção além de agregar-se ao novo produto como tempo de trabalho dispendido.

“Meios de produção, de um lado, e força de trabalho, do outro, são apenas as diferentes formas de existência que o valor do capital originário assumiu aos desfazer-se de sua forma dinheiro e aos transformar-se nos fatores do processo de trabalho” (MARX, 1983, p.171).

Marx denomina de capital constante, a parte do capital que se converte em meios de produção e que não altera sua grandeza de valor no processo de produção, e de capital variável a parte do capital que é convertida em força de trabalho e que muda seu valor no processo de produção, reproduzindo seu próprio equivalente e produzindo um excedente, a mais valia (MARX, 1983, p.171).

Vimos que o modo de produção capitalista só é possível graças a transformação do trabalho humano em mercadoria e a sua exploração. A mais valia, base da produção do capital, é trabalho humano expropriado e não pago. Em diferentes formações sócio-econômicas se viu diferentes formas de exploração do trabalho humano, mas a forma descrita neste trabalho é específica e característica do modo de produção capitalista.

Quais seriam as conseqüências dessa forma de exploração trabalho para o homem? Qual o seu significado, repercussões e conseqüências da alienação do trabalho?

### **Alienação e capitalismo**

Alienação como um conceito histórico, é um produto, o resultado necessário das relações que se estabelecem no modo de produção capitalista. Pode-se

dizer que, nesse contexto, há em todas as relações um grau de alienação.

A sociedade capitalista caracteriza-se pela apropriação privada do trabalho coletivo e pela distribuição desigual dos produtos desse trabalho. O trabalho é coletivo enquanto produção e é privado enquanto apropriação. A apropriação do trabalho humano e seus excedentes é a base da alienação.

Nos Manuscritos de 1844, Marx considera que todas as formas de alienação presentes na sociedade capitalista “*podem ser reunidas sob o denominador comum, no campo da prática social, através do conceito concreto e estrategicamente colocado de trabalho alienado*” (MARX, apud MÉSZÁROS, 1981, p.45). Suas preocupações se desenvolvem em duplo sentido, na compreensão e aprofundamento desse problema e na possibilidade da transcendência ou superação da alienação.

A alienação se manifesta no tipo de relação que o trabalhador estabelece com o produto de seu trabalho, que se mostra como algo estranho a ele e que o domina.

A alienação do trabalhador em seu produto significa não somente que seu trabalho se converte em um objeto, em uma existência estranha, mas que existe fora dele, independente, estranho que se converte em um poder independente frente a ele, que a vida que emprestou ao objeto o enfrenta como uma coisa estranha e hostil (MÉSZÁROS, 1981, p.16).

Marx descreve a complexidade desse fenômeno apontando que nesse processo o homem está alienado da natureza, alienado de si mesmo, alienado de seu gênero (como membro da espécie humana) e finalmente, alienado do homem (dos outros homens) (MARX apud MÉSZÁROS, 1981, p.16).

Esses aspectos são desdobramentos de um processo básico, no mundo capitalista, o trabalho humano transformado em mercadoria comprada pelo capitalista, perverte a própria condição de humanidade do trabalhador, rompendo com sua própria natureza. O modo de produção capitalista se apropria de uma característica da natureza humana de, através do trabalho, produzir e reproduzir o mundo humano, buscar a satisfação de suas necessidades sociais (MÉSZÁROS, 1981, p.40-1).

Com a venda da força de trabalho e a conseqüente apropriação do produto pelo outro, o homem não mais trabalha para a satisfação direta de suas necessidades.

O trabalho alienado inverte a relação, de maneira que o homem, precisamente por ser um ser

consciente, faz de sua atividade vital, de sua existência, um simples meio para a sua existência (MARX, 1985, p.112).

O trabalho alienado rompendo com a própria ontogênese humana, ao tirar do homem seus produtos tira também, sua vida genérica, sua atividade própria de produzir e reproduzir o mundo humano e de objetivar-se nesse mundo. Assim, no trabalho alienado o homem se vê:

- Alienado da natureza, pois ao estar alienado dos produtos de seu trabalho está alienado de sua relação com o mundo exterior dos sentidos, os objetos da natureza;

- Alienado de si mesmo, ou seja, de sua própria atividade no ato da produção pois, se relaciona com sua atividade como uma atividade alheia, que não lhe oferece satisfação em si mesma, mas só por meio da possibilidade de vendê-la a alguém;

- Alienado de seu ser genérico ou seja, de seu ser como membro da espécie humana pois, se o objeto de trabalho é objetivação da vida da espécie humana e nele o homem situa-se no mundo por ele criado, o trabalho alienado transforma esse ser genérico do homem num ser alheio a ele, num simples meio para a sua existência individual;

- Alienado do homem ou seja, dos outros homens, pois estando o homem alienado do produto de seu trabalho, de sua própria atividade e da vida de sua espécie, quando se vê frente a si mesmo se defronta com outro homem, não se reconhece como homem e também não reconhece a humanidade dos outros homens, pois o homem cria a sua identidade na relação com os outros homens, se vê no outro, se projeta no outro (MÉSZÁROS, 1981, p.17).

*“O homem se vê e reconhece primeiramente em seu semelhante, para referir-se a si mesmo como homem”* (IANNI, 1982, p.22).

Dessa forma o conceito de alienação em Marx compreende esses campos de estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo e as expressões desse processo nas relações sociais com os outros homens. O trabalhador vê que os produtos de seu trabalho pertencem à outro homem, o capitalista. A propriedade privada é assim como conclui Marx, produto, resultado, consequência necessária do trabalho alienado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo (MARX, 1985b, p.116).

### **Alienação e suas consequências**

Goldmann (1971) discutindo as consequências psíquicas e intelectuais da produção para o mercado,

afirma que ela produz uma nova subjetividade.

Em resumo, a economia mercantil e em particular a economia capitalista, tende a substituir na consciência dos produtores, o valor de uso pelo valor de troca e as relações concretas e significativas, por relações abstratas e universais entre vendedores e compradores; tende assim, a substituir no conjunto da vida humana, o qualitativo pelo quantitativo. Além disso, separa o produto do produtor e fortalece, por isso mesmo, a autonomia da coisa em relação à ação dos homens. Faz enfim, da força de trabalho uma mercadoria que tem um valor – e isso significa que também aí transforma uma realidade humana em coisa – e aumenta durante um período histórico muito longo o peso do trabalho não qualificado ou pouco qualificado, substituindo no plano da realidade imediata, as diferenças qualitativas por simples diferenças de quantidade” (GOLDMANN, 1971, p.125).

Nas formas sociais pré-capitalistas os homens produzem valores de uso, havendo uma clara relação real e consciente entre os produtores e seus produtos, independentemente da forma de exploração do trabalho. O modo de produção capitalista ao dirigir a produção dos homens para o mercado, para a troca, produz uma ruptura radical com o processo anterior. Antes de chegar ao consumidor como valor de uso, a mercadoria deve passar pelo mercado onde é comparada a outros produtos pelo seu aspecto quantitativo. Assim, o valor de uso de uma mercadoria só se realiza quando esta sai da esfera das relações inter-humanas gerais e entra na esfera das relações privadas, onde se dá o consumo.

Pode-se dizer que só nessa esfera, das relações familiares e de amizade, que estão mais distanciadas do mercado, ainda se preservam relações de solidariedade. Há no modo de produção capitalista, uma cisão entre a vida pública e privada. Esse processo traz influências significativas para a estrutura dos homens, pois provoca uma ruptura das relações imediatas entre o homem e a natureza.

O valor de uso estava ligado ao aspecto diverso e sensível das coisas naturais ou fabricadas; o valor de troca faz abstração de qualquer qualidade sensível – e comum a toda a mercadoria – só levando em conta a diferença quantitativa. Todo elemento qualitativo é eliminado radicalmente. (...) O desenvolvimento da produção capitalista baseada no fator puramente quantitativo do valor de troca, fechou progressivamente a compreensão dos homens aos elementos qualitativos e sensíveis do mundo natural. A sensibilidade a esses elementos se tornou cada vez mais um privilégio, dos poetas, das crianças e das mulheres, isto é, dos indivíduos à margem da vida econômica” (GOLDMANN, 1971, p.121).

Outro ponto fundamental é que a atividade humana não está apenas isolada de seus produtos, mas ela própria é transformada em coisa, como uma mercadoria com valor próprio. A força de trabalho integra o capital circulante e nada a distingue de outros elementos, como por exemplo, as matérias primas (GOLDMANN, 1971, p.125).

Lukács (1969, p.112), que também discute essa questão em profundidade, nos mostra que todo esse processo é agudizado pela crescente divisão social do trabalho e sua racionalização.

Enfim, Goldmann (1971) também assinala que o processo de reificação, se apodera de todos os domínios da vida social produzindo uma série de conseqüências para a vida humana tais como: a formação do Estado burocrático moderno e sua administração institucionalizada e formal, a constituição

de uma justiça formal, a abstração da maioria das ações humanas e seus papéis, produzindo uma automatização dos conjunto das relações sociais – os homens perdem a noção de seus papéis e funções sociais –, a cisão entre a vida pública e privada, que como já apontamos, produz na vida psíquica dos homens um dualismo gerador de uma subjetividade que só preserva sua humanização nas relações da vida privada.

Tentamos nesse estudo, colocar os pressupostos fundamentais e necessários para a compreensão do tema da alienação na perspectiva marxista. Em nosso ponto de vista tais pressupostos oferecem referência e suporte para as discussões sobre o mundo do trabalho em suas interfaces com a saúde e as práticas desenvolvidas pelos profissionais que lidam com a saúde mental e física dos trabalhadores.

---

MÂNGIA, E. F. Alienation and work. *Rev. Fisioter. Univ. São Paulo*, v. 14, n. 1, p. 34-42, jan./abr., 2003.

**ABSTRACT:** Marx's work presents a model of singular understanding about the complexity and contradictions of the social relationships in the way of capitalist production and your production forms and reproduction. The analysis of the appropriation of the work and of your products it is fundamental to clear and to unmask our social reality and the sociability form completely several of other historical times. This study presents the main aspects of the relationships between alienation and work presents in Marx's work and in some of your principal commentators.

**KEYWORDS:** Social alienation. Work/economics. Work/history. Marxism (Public health). Labor force. Political systems/history.

---

## REFERÊNCIAS

GOLDMANN, L. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IIANNI, O. **Dialética e capitalismo**. São Paulo: Vozes, 1982.

LUKÁCS, G. **Historia y consciéncia de classe**. México: Grijalbo, 1969.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.1.

MARX, K. **Capítulo IV inédito de o capital**. São Paulo: Ed. Moraes, 1985.

MARX, K. **Manuscritos economia y filosofia**. Madrid: Alianza Editorial, 1985b.

MÉSZÁROS, I. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Recebido para publicação: Novembro de 2002

Aceito para publicação: Dezembro de 2002